



26 DE JANEIRO 2009
Segunda-feira

- EM CURITIBA, EMPREGO DEVE CONTINUAR CAINDO
- CAPITAL, TRABALHO E NENHUM DIÁLOGO
- GOVERNO AMEAÇA PUNIR EMPRESAS QUE DEMITIR FUNCIONÁRIOS
- A ROTINA DOS "SUSPENSOS"
- TEMPORÁRIOS SOFREM MAIS COM DISPENSAS
- A DIFÍCIL TAREFA DE DEMITIR
- PRESIDENTE DA NISSAN DIZ QUE VENDAS DE CARROS CAIRÃO
- MP REDUZ MUITA PREVIDENCIÁRIA E BENEFICIA OS DÉBITOS ANTIGOS
- FMI PREVÊ PIOR ANO DESDE A 2º GUERRA
- OPÇÃO PARA 2009 DEVE SER EXERCIDA ATÉ SEXTA-FEIRA

Câmbio Em 23/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,356	2,356
Euro	3,055	3,057

26/01/2009 – Gazeta do Povo



Construção civil foi setor que mais demitiu em dezembro do ano passado

Quase 9 mil postos foram fechados no mês passado, e a expectativa da prefeitura é que haja novos cortes em janeiro e fevereiro de 2009

Cerca de 8,8 mil vagas de trabalho foram eliminadas em Curitiba no mês passado, o que representa um recuo de 1,5% no total de empregados do município. Por conta de fatores como o encerramento de contratos temporários, dezembro sempre apresenta queda no emprego, mas em 2008 o cenário foi pior que o de costume. A baixa registrada no mês, equivalente a mais de cinco vezes a vista em igual período de 2007, foi a maior da série histórica, iniciada em 1999. Até então, o pior resultado era o de dezembro de 2003, quando o saldo entre contratações e demissões ficou negativo em 6,1 mil vagas. Os dados são do Ministério do Trabalho.

Por conta da crise, Curitiba não conseguiu bater seu recorde anual de geração de empregos – foram criados 28,2 mil postos no ano passado, 7,8% a menos que em 2007 –, e começa 2009 com a rara perspectiva de

eliminar mais vagas logo nos primeiros meses do ano. “Devemos registrar novas baixas em janeiro e fevereiro. Acreditamos que em março o emprego comece a se recuperar”, disse ontem o secretário municipal do Trabalho e Emprego, Jorge Bernardi, em entrevista coletiva. A última vez em que o município fechou postos de trabalho no início do ano foi em março de 2003, quando o saldo de empregos ficou negativo em 1,7 mil.

Ainda assim, Bernardi demonstrou otimismo. Amparado por análises do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese-PR), o secretário diz crer que 2009 chegará ao fim com novo crescimento no emprego, embora menor que o do ano passado. “Se, na pior das hipóteses, a economia brasileira crescer 2%, o saldo de empregos deve aumentar em pelo menos 12 mil em Curitiba, em relação ao total de 580 mil empregados no mês passado.”

Para a economista Lenina Formaggi, do Dieese-PR, a geração de emprego terá “aumento acentuado” no segundo semestre. “Nos últimos meses, os empresários não tinham qualquer sinalização sobre o futuro, não tinham como se planejar. Mas, recentemente, o dinheiro liberado pelo governo para o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e a queda da taxa básica de juros [Selic], deram bons sinais”, explicou.

Para a economista, como o emprego deve recuar no primeiro bimestre e há expectativa de que a economia cresça, em algum momento o mercado de trabalho

terá de reagir. "A retomada deve ser mais forte a partir de meados do ano, quando a baixa da Selic começa a ter influência significativa sobre a economia."

Efeito psicológico

Fábio Tadeu Araújo, economista da Brain Consultoria, atribui a forte onda de demissões em dezembro a um efeito psicológico. "As empresas ficaram assustadas e se anteciparam à crise, diminuindo violentamente a força de trabalho. A economia vinha em ritmo forte demais para a geração de empregos no país ter caído, tão rapidamente, dos 2 milhões de novas vagas previstas para menos de 1,5 milhão."

Araújo se diz "menos pessimista" que a maioria dos colegas, mas lembra que, se a ideia do governo federal é recuperar o nível de emprego, terá de anunciar novas medidas de estímulo à construção civil. "É o setor que mais gera empregos quando há incentivo."

No acumulado de 2008, a construção foi o setor que, proporcionalmente, mais elevou seu quadro de pessoal em Curitiba – foram 3,4 mil novas vagas, com alta de 14,4% sobre 2007. Em compensação, foi o que mais fechou postos em dezembro (-4,4%). "Apesar da recente queda na compra de imóveis, temos que lembrar que, em 2008, foram lançadas 6 mil unidades habitacionais na cidade, 50% a mais que em 2007. Ainda que não houvesse um único lançamento em 2009, os prédios já lançados terão de ser construídos, e as construtoras terão de contratar", diz Araújo.

CAPITAL, TRABALHO E NENHUM DIÁLOGO

26/01/2009 – Gazeta do Povo

Perda intensa de vagas obriga organizações a retomar debate sobre a flexibilização das leis trabalhistas. Difícil é encontrar algum consenso

O corte de 654 mil vagas formais em dezembro no país – o maior dos últimos dez anos – e a perspectiva de aumento do desemprego nos próximos meses ressuscitaram discussões que há tempos não frequentavam a mesa de negociação entre patrões e empregados: a redução de jornada e de salários, a suspensão de contratos e até mesmo a flexibilização das leis trabalhistas.

Indústria e entidades sindicais vêm travando, nos últimos dias, uma queda-de-braço em relação a medidas para conter uma eventual enxurrada de cortes nos próximos meses. De um lado, empresários dizem que não há como estancar o ritmo de demissões de não forem adotadas medidas alternativas, com redução da jornada e corte de salários. De outro, as centrais sindicais, representadas principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Força Sindical, não aceitam negociar sem garantia de manutenção dos empregos.

"Não queremos que o trabalhador pague a conta da crise. Não dá para negociar redução de salário", diz Roni Anderson Barbosa, presidente da CUT no Paraná. A CUT e a Força Sindical, apesar de baterem na tecla da garantia de empregos, divergem quando o assunto é redução de salários. A Força Sindical já aceita cortar salários e jornada para evitar mais demissões. "A renda do trabalhador sustentou o crescimento econômico nos últimos anos. Não vamos abrir mão desse ganho", rebate Barbosa.

Para o coordenador do conselho temático de relações do trabalho da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Amilton Stival, as empresas não têm como garantir

empregos em uma época de crise. "Uma empresa exportadora, por exemplo, não pode manter vagas se o ritmo de encomendas lá fora diminuir. O que precisamos é negociar um acordo que contemple governo, empregados e trabalhadores para evitar um agravamento do quadro de desemprego", afirma.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento, mostra que, no pior cenário – de um crescimento econômico de apenas 1% – 1,126 milhão de trabalhadores podem ficar sem trabalho em 2009. Nessa simulação, o desemprego pularia de 7,9% para 8,6%.

"A questão da manutenção do emprego vai centralizar as discussões em 2009. Se nos últimos anos o embate se dava no campo dos repasses reais de salários, esse ano o foco está na manutenção das vagas", prevê José Dario Krein, especialista em economia do trabalho e pesquisador da Unicamp. Embora não seja uma discussão nova, a flexibilização das leis trabalhistas perdeu força nos últimos cinco anos em função principalmente do avanço do emprego formal e do aumento da renda.

Mas, para a maior parte dos analistas, não é hora de se discutir mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Mudar alguma coisa agora é temerário, porque uma das pontas desse jogo, o trabalhador, está vulnerável", afirma o advogado Aramis de Souza Silveira, especializado em direito do trabalho. De acordo com o professor de direito do trabalho da PUC-PR e da Estação Business School Hélio Gomes Coelho Júnior, não há o que ser "flexibilizado". "O que é necessário, sim, é o repensar do tributo cobrado pelo Estado no negócio particular emprego. O que é fundamental é uma clara política de investimentos e projetos públicos. O que é inadiável é boa alocação dos recursos transferidos ao Estado pela iniciativa privada", afirma.

A lei trabalhista brasileira não é das mais rígidas, segundo o professor do departamento de economia da Universidade Federal do Paraná, Luiz Alberto Esteves. "Em países da Europa, por exemplo, não há a possibilidade de demissão sem justa causa", diz. Para o economista, porém, a rápida deterioração do nível de emprego vai forçar mudanças. "Alguns setores terão que ceder mais que outros e a redução de salário é uma possibilidade. Essa crise não vai passar tão cedo", afirma ele, que prevê o crescimento da informalidade e do número de pessoas que terá que apelar para o empreendedorismo para driblar o desemprego. "Muita gente vai abrir barraquinha de cachorro-quente", diz.

Suspensão de contratos

Enquanto o debate sobre flexibilização dos direitos trabalhistas ganha corpo, a redução da jornada, o adiamento de reajustes e o "layoff" – suspensão do trabalho com manutenção do vínculo empregatício – já estão sendo discutidos por empresas e sindicatos. Companhias como Renault, Philips e ArcelorMittal suspenderam recentemente contratos de trabalho de funcionários. Na semana passada, a Vale anunciou aos sindicatos de mineração de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul proposta de licença remunerada com redução de 50% no valor do salário-base para garantir empregos na empresa até 31 de maio deste ano. "O problema é que muita empresa que está demitindo e suspendendo contratos recebeu ajuda e incentivos do governo", diz Barbosa, da CUT.

Para o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, algumas empresas estão exagerando na dose de demissões e terão que recontratar em março. Para evitar mais dispensas, o governo federal já anunciou que condicionará os empréstimos do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à manutenção de empregos. O governo também prepara um pacote de políticas públicas de emprego. Entre as medidas pode estar a prorrogação do prazo do seguro-desemprego, hoje de até cinco meses.

GOVERNO AMEAÇA PUNIR EMPRESAS QUE DEMITIR FUNCIONÁRIOS

26/01/2009 – Documento Reservado

As empresas que, após receberam recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demitiram funcionários alegando a crise financeira como causa poderão ser punidas pelo governo. O aviso foi dado no final da semana passada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. As sanções, que serão divulgadas nesta semana, tem base nas leis que criaram os dois fundos e que prevêem que as empresas tomadoras de créditos devem garantir o emprego dos funcionários. “A lei que criou o FAT e a lei que criou o FGTS já dizem sobre essa garantia do emprego. Eu só vou cumprir”, adiantou. Segundo Lupi, é fácil saber quais as empresas que não cumpriram o que determina a lei. “Eu já tenho tudo o que foi investido, já tenho a lista de todo mundo que contratou e demitiu, e agora nós vamos ver o que pode ser feito.” E foi além, ao dizer que não se descarta a possibilidade de punir até mesmo as companhias que já tomaram empréstimos há tempos e que começaram a demitir recentemente. “A lei não retroage, mas tem validade a partir do momento de sua edição. Eu vou me basear na lei”, avisou.

A ROTINA DOS “SUSPENSOS”

26/01/2009 – Gazeta do Povo

A rotina do montador Agnaldo Pereira dos Santos, de 35 anos, mudou bastante nas últimas semanas. Há nove anos e meio trabalhando na fábrica da Renault em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, ele voltou ao bancos da escola para aprender mais sobre as ferramentas de produção. Santos é um dos mil funcionários que tiveram, a partir de janeiro, o contrato de trabalho suspenso pela montadora francesa em virtude da crise econômica. Pelo acordo, com duração de cinco meses, os metalúrgicos terão remuneração garantida e acesso a cursos de capacitação promovidos por técnicos da própria montadora e do Senai.

Até maio, Santos cumprirá carga horária de 140 horas em treinamento custeado pelo seguro-desemprego do Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT) e pela Renault. “Foi uma medida inteligente, porque os treinamentos ajudam o empregado a atualizar sua formação”, elogia.

Apesar da ameaça do desemprego, Santos é otimista em relação ao seu futuro. “A gente já esperava alguma medida mais drástica, já que a empresa havia usado o banco de horas e ampliado as férias coletivas. Mas acredito que com o incentivo do governo o mercado vai retomar. Não tenho medo de perder o emprego” diz ele, que, após as aulas pela manhã, aproveita o tempo livre à tarde para se dedicar aos estudos da faculdade de gestão de produção industrial, que termina esse ano.

Pressionada pela retração do mercado e por estoques elevados, a Renault reduziu à metade o volume de produção, que era de 620 carros por dia, e hoje opera em um único turno. “Não havia mais o que ser feito. Considerando banco de horas e férias coletivas, ficamos praticamente dois meses sem produzir”, afirma Carlos Magni, diretor de recursos humanos. De acordo com ele, a manutenção do pessoal após a

suspensão do contrato vai depender do mercado. "Ainda não sabemos como vai ficar e é prematuro prever", acrescenta. Cada funcionário está recebendo R\$ 700 do FAT. A Renault entra com uma quantia equivalente. Se tiver que demitir depois de cinco meses, a empresa se compromete a pagar o seguro-desemprego, já que os recursos do auxílio foram usados no programa e o trabalhador deixará de ter direito ao seguro desemprego pelo período de 16 meses.

Para o metalúrgico Arnaldo Bueno da Silva, de 27 anos, a chance de se capacitar não deve ser desperdiçada. Passado o susto de estar na lista dos mil que tiveram o contrato suspenso, Silva diz que agora está confiante de que as coisas vão melhorar. "Quando vi o perfil dos outros colegas nos cursos, entendi que a intenção da empresa não é demitir. Mas se isso ocorrer, terei condição de encontrar outra colocação", diz.

TEMPORÁRIOS SOFREM MAIS COM DISPENSAS

25/01/2009 – Gazeta do Povo

Demissões muitas vezes se concentram nos funcionários com contratos por tempo determinado, que têm custo menor para o empregador

Com a desaceleração da atividade econômica, o desemprego avança e ameaça principalmente quem tem contrato temporário ou terceirizado. Como esse tipo de relação trabalhista é frágil, fica mais simples e barato para as empresas a dispensa desses profissionais do que a de funcionários com vínculo tradicional. Todos os 800 demitidos da General Motors de São José dos Campos (SP), por exemplo, eram temporários.

Segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cerca de 25% dos profissionais com carteira assinada no país têm a chamada relação precarizada com seus empregadores – o que inclui terceirizados, temporários, além de estagiários e os contratos como pessoa jurídica. Isso significa que cerca de 7,7 milhões de brasileiros estão na berlinda e têm mais chance de perder o emprego neste momento. Foi o que ocorreu com Fabrício Correia, 29 anos, de Curitiba.

O metalúrgico começou a trabalhar na montadora Volvo em 1º de outubro do ano passado num contrato temporário com validade de seis meses. Dois meses depois, Correia e outros 200 empregados temporários foram informados pela fábrica que o fim do contrato seria antecipado. "Quando a gente entra numa empresa como temporário, sonha que o trabalho será reconhecido e a efetivação vai acontecer", lamenta o operário.

Fragilidade

"Esses são os vínculos mais frágeis, os primeiros a serem rompidos", afirma Roberto Gonzalez, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento. Aos 26 anos, o pedreiro Francisco Costa coleciona três carteiras de trabalho e já perdeu a conta de quantos empregos teve em dez anos de mercado. Costa lamenta a falta de garantias: "Às vezes levamos o calote dos empregadores e não temos a quem reclamar".

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas (SP), Eliezer Mariano da Cunha, diz que ter profissionais terceirizados e temporários é uma forma de as empresas "aumentarem seus lucros e gastarem menos com as obrigações trabalhistas". Na

região, montadoras, empresas de autopeças e do setor de eletroeletrônicos optam pelos temporários, segundo Cunha, e já vêm demitindo.

Nem o comércio escapou dos cortes dos temporários. Projeção do Clube Nacional dos Diretores Lojistas indica que, em janeiro, o comércio deve absorver apenas 3% dos temporários contratados para as vendas de fim de ano. Normalmente, a absorção é de 10%.

A DIFÍCIL TAREFA DE DEMITIR

25/01/2009 – Gazeta do Povo

Profissional de recursos humanos gosta mesmo é de contratar. A tarefa de selecionar pessoas, treiná-las e contribuir para seu desenvolvimento profissional e o crescimento da empresa é das mais apazíveis, dizem os especialistas no assunto. O problema é quando chega a hora de demitir. Pior ainda quando a demissão envolve centenas ou até milhares de pessoas.

“É um trabalho de muito sofrimento para o profissional de recursos humanos”, diz Lizete Araújo, vice-presidente de Planejamento da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH). “O papel desse profissional é atrair e reter as pessoas, e promover o processo de crescimento desses profissionais para gerar os desempenhos esperados por uma empresa. Se tiver que ‘devolver ao mercado’, no mínimo espera-se que a pessoa saia melhor do que entrou”, completa.

As palavras de Lizete descrevem bem a preocupação que o profissional de RH tem neste momento. Empresa que se preze deve ter seriedade não só na admissão, mas também na demissão. “Não é uma tarefa fácil. Tem que tentar mostrar que não há outra solução. A empresa só vai demitir quando tiver essa necessidade”, diz Gerusa Mengarda, da Allis S.A.

“Uma boa demissão é ser claro nas informações, e dar apoio para o profissional que está sendo desligado, principalmente quando não é por causa do desempenho dele”, diz a gerente-executiva da Ricardo Xavier Recursos Humanos, Carina Daniel. Por isso as próprias companhias começam a procurar serviços de recolocação e “outplacement”, para que o funcionário demitido volte a trabalhar o quanto antes.

“Demitir não é bom para ninguém, é muito traumático. Mas, se você puder fornecer um serviço que vai dar amparo ao trabalhador, é mais tranquilo. Até ajuda a evitar questões trabalhistas”, diz a especialista. No entanto, ela diz que ainda é pequeno o número de empresas que trabalha desta maneira.

“As pesquisas mostram que apenas 12% a 15% das organizações adotam algum tipo de assessoria, ou contratam serviços para conduzir esses processos. O universo é ainda mais restrito para pequenas e médias empresas”, diz Lizete, da ABRH.

Tomada de decisão

Geralmente, a decisão de cortar funcionários é tomada em conjunto entre a área envolvida (industrial ou administrativa, por exemplo) e a área de recursos humanos. “O RH tem que participar com a área que está demitindo. É sempre uma decisão estratégica. Precisa-se definir quem vai assumir as funções das pessoas que foram desligadas”, diz Carina Daniel.

A comunicação para os funcionários demitidos varia de empresa para empresa. Mas Carina, que já trabalhou assessorando empresas em processos de grandes cortes, afirma que, no caso de demissões em massa, o melhor mesmo é dar a notícia de uma vez só, para todos os envolvidos. "Você imagina demitir 600 pessoas avisando grupinhos, ou um de cada vez? A notícia para o último já chega bem antes, e de forma muito distorcida."

PRESIDENTE DA NISSAN DIZ QUE VENDAS DE CARROS CAIRÃO

26/01/2009 – O Estado do Paraná

As vendas de carros novos devem cair 14% em todo o mundo neste ano, para 55 milhões de unidades, prevê o presidente da Nissan Motor, Carlos Ghosn, de acordo com o diário japonês Nikkei na edição deste domingo (25).

Sua projeção significa que as vendas de novos carros, que recuaram 9% no ano passado, irão apresentar um declínio ainda maior em 2009.

Ao falar durante encontro em Riad, na Arábia Saudita, onde participa do Fórum de Competitividade Global, Ghosn também estimou que deve levar sete anos para que as vendas globais de carros novos recuperem o seu maior nível já registrado - de 69 milhões de unidades, atingido em 2007.

Na avaliação de Ghosn, a atual desaceleração econômica continuará forte e pelos seus cálculos as vendas de novos carros não devem começar a crescer até 2011.

MP REDUZ MUITA PREVIDENCIÁRIA E BENEFICIA OS DÉBITOS ANTIGOS

26/01/2009 – Valor Econômico

A MP que regulou a lei contábil trouxe, entre seus artigos, um dispositivo que deverá gerar uma redução significativa dos débitos derivados de autuações de contribuições previdenciárias. A MP muda o cálculo e reduz consideravelmente as multas cobradas nas autuações fiscais dessas contribuições.

Marcelo Soubhia/Fotosite/Valor



*Valdirene Lopes Franhani,
tributarista do Braga & Marafon:
"retroatividade não está expressa
na MP, mas é garantida pelo Código
Tributário Nacional"*

O efeito mais importante do artigo 24 da MP 449/2008, porém, não é a redução proporcionada a partir da edição da medida provisória. O benefício tem efeito retroativo a todos os débitos dessa natureza que ainda não tenham sido julgados definitivamente na esfera administrativa ou judicial. Atualmente há R\$ 57,3 bilhões de contribuições previdenciárias com cobrança suspensa porque estão em discussão nessas duas instâncias (ver tabela). A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão que representa a União nas discussões tributárias, confirmou o efeito retroativo da redução de multas.

Antes, a chamada multa por descumprimento de obrigação acessória podia chegar a 100% do valor do débito apontado pela fiscalização, o que muitas vezes dobrava o valor da contribuição autuada, principalmente nos casos de grandes empresas. Agora a multa é de R\$ 20,00 por grupo de dez informações erradas ou omitidas na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Gfip), documento no qual a empresa informa as contribuições devidas.

A medida, na verdade, uniformizou o tratamento dado à fiscalização da contribuição previdenciária com o já aplicado aos demais tributos recolhidos pela Receita Federal. Para os tributaristas, é uma iniciativa que faz sentido porque atualmente a arrecadação da contribuição previdenciária também faz parte das atribuições da Receita. Antes a contribuição era arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A retroatividade da redução da multa por erro ou omissão na guia de declaração das contribuições previdenciárias não está expressa na MP, explica Valdirene Lopes Franhani, tributarista do Braga & Marafon. O efeito retroativo, porém, está garantido pelo Código Tributário Nacional, que garante aos contribuinte a aplicação da penalidade mais benéfica, com efeitos para os débitos passados, desde que não tenham sido definitivamente julgados. Valdirene conta que o escritório já começou a levar o novo dispositivo para processos administrativos que entraram em julgamento depois da edição da MP.

Débitos previdenciários*		
Valores devidos pelas empresas		
Situação	Quantidade de processos	Valores (em R\$ bilhões)
Em cobrança	103.148	16,77
Com cobrança suspensa porque estão em discussão em processo administrativo	39.319	51,62
Com cobrança suspensa porque estão em discussão judicial	2.355	5,74
Total	144.822	74,14

Fonte: Receita Federal - Valor de 31/03/2008

O tributarista Paulo Vaz, do Levy & Salomão, lembra que a multa de mora, cobrada pelo atraso no pagamento da contribuição, também foi reduzida. Antes, diz, essa punição podia chegar a 100% do débito devido e agora o texto é de 20%. "Uma redução significativa também com efeitos retroativos."

Igor Nascimento de Souza, sócio do Souza, Schneider e Pugliese Advogados, explica que a multa por erro ou omissão de declaração é representativa, principalmente no caso das grandes empresas. Essa multa, diz ele, era de 100% do valor do débito apontado pela fiscalização, embora tivesse como limite uma fórmula que levava em consideração o número de empregados das empresas. Nas grandes companhias e nas instituições financeiras, que costumam ter muitos trabalhadores, essa multa era muito representativa.

Souza explica que a multa por erro ou omissão na guia é usualmente adicionada ao débito cobrado na autuação fiscal. É uma multa aplicada inclusive quando a autuação resulta de uma divergência entre a fiscalização e as empresas sobre valores tributáveis ou não pela contribuição previdenciária. "São as autuações que surgem das teses previdenciárias, como os benefícios com natureza salarial ou os cartões de incentivo, por exemplo."

Num dos cálculos que o advogado fez para um cliente, o valor da nova multa foi reduzido a 15% do valor original. Souza acredita que a retroatividade da redução de multas também pode ser interessante para quem provisionou em balanços o valor de débitos previdenciários. "Parte da multa provisionada pode ter a sua provisão revertida e gerar um resultado positivo no balanço."

Fabrcio da Soller, procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional, concorda que a retroatividade para a aplicao da multa mais benfica aos contribuintes est garantida. "E um direito e deve ser aplicado a todos os casos em que o dbito no est definitivamente julgado", esclarece. Na prtica, diz ele, o novo clculo poder ser solicitado pelo contribuinte em processos administrativos e em processos judiciais de cobrana - execues fiscais - nas quais os embargos da empresa ainda no foram julgados. No caso de processos que esto no Conselho de Contribuintes, acredita ele, o clculo da nova multa dever ser feito pelas delegacias da Receita Federal.

O procurador esclarece ainda que a reduo pode ser solicitada para outras contribuies declaradas na Gfip, como o salrio-educao e as chamadas contribuies do sistema "cinco S".

FMI PREVÊ PIOR ANO DESDE A 2ª GUERRA

26/01/2009 – Estadão

A crise em 2009 ser mais profunda do que se imaginava. Ontem, o Fundo Monetrio Internacional (FMI) admitiu que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial ser bem menor do que a entidade estimava h apenas dois meses, at mesmo em relao aos pas emergentes. Para o Fundo, o mundo crescer entre 1% e 1,5% em 2009 e estar em sua pior situao desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Essa ser a terceira reviso do crescimento em 2009 feita pelo FMI em apenas quatro meses. Em novembro, o Fundo havia indicado que o mundo cresceria cerca de 2,2% em 2009. Em outubro, o crescimento previsto era de 3% para este ano.

Na avaliao da Organizao Internacional do Trabalho (OIT), o novo quadro significa que o nmero de desempregados no planeta at 2010 vai superar a marca de 20 milhes de pessoas. O comrcio tambm deve desabar, assim como os investimentos.

A nova estimativa do FMI ser confirmada oficialmente na quarta-feira, com cortes de projees tambm para os mercados emergentes. Os novos nmeros ainda devem estabelecer o tom dos debates no Frum Econmico Mundial de Davos, que ser aberto na quarta-feira, sua edio mais sombria das ltimas dcadas.

Para o Brasil, a estimativa original do Fundo era de um crescimento de 3,5% em 2009, ante uma projeo do Banco Mundial de expanso de 2,9% no PIB do Pas. Para o Ipea, o Brasil precisaria crescer 4% para conter o desemprego.

O anncio da reviso foi feito neste domingo pelo vice-diretor do departamento de mercados de capital do FMI, Axel Bertuch-Samuels, em uma declarao agncia Reuters, em Abu Dhabi, Emirados rabes Unidos. Mas, nas organizaes internacionais, a notcia j era conhecida e novos nmeros esto sendo produzidos em relao ao impacto social da nova queda.

"O crescimento ser revisto para 1% a 1,5% em 2009, o que e enorme", afirmou. "As perspectivas econmicas globais se deterioraram nos ltimos meses, a confiana de consumidores e empresrios caiu para nveis que no vimos h dcadas, e a atividade (industrial) caiu de forma importante", disse. "2009 ser um ano muito desafiador para a economia mundial", disse.

Desde setembro, governos nacionalizaram bancos, injetaram trilhes de dlares nas economias, reduziram as taxas de juros para quase zero e anunciaram pacotes de incentivos.

Mas, ainda assim, a economia continuou em franca queda. A desacelerao no Japo, Europa e Estados Unidos est superando as previses mais negativas. Parte do relativo entusiasmo do

FMI em novembro ainda se baseava no fato - e esperança - de que alguns países emergentes poderiam continuar crescendo neste ano.

PREOCUPAÇÃO COM O BRASIL

A tese de que os emergentes continuariam a crescer, mesmo com a queda das grandes economias, não foi comprovada. Na quarta-feira passada, o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, já havia feito um alerta nesse sentido. "China, Índia, Brasil e outros países emergentes vão experimentar um crescimento muito lento", disse.

A China anunciou que seu PIB no último trimestre de 2008 teve crescimento de 6,8%, ante mais de 9% nos trimestres anteriores. Foi a maior queda em sete anos.

Na Índia, um grupo de economistas convocados pelo governo para avaliar a situação concluiu que o PIB do país cresceria 7% em 2009, ante uma previsão inicial de 9%. Em outubro de 2008, a Índia apurou a primeira queda de sua produção industrial em 15 anos. As exportações também sofreram a primeira redução real em volume e valor desde 2005.

Na Rússia, o governo já estima uma contração da economia de 0,2% em 2009. A previsão inicial era de um crescimento de 2,4%, depois de uma alta de 6% em 2008 no PIB. A queda foi tão grande que o primeiro-ministro, Vladimir Putin, ordenou uma revisão do orçamento nacional para o ano.

Para os países do Golfo Pérsico, o crescimento será de 5,1%, ante uma previsão inicial de 6,6%.

Para completar, os países ricos emitiram sinais nos últimos dias de que, de fato, a recessão em suas economias será mais profunda do que todos imaginavam. A Europa já admite que terá uma queda de PIB de 1,9% em 2009. Isso sem falar no crescimento negativo previsto para Estados Unidos e Japão.

O Reino Unido entrou em sua primeira recessão desde 1991 e a Alemanha enfrentará seu pior ano desde o fim da era de Adolf Hitler. Na Espanha, a festa acabou e a previsão é de encolhimento do PIB em 2%. Na Irlanda, chamada de tigre celta há poucos anos, a queda da economia deverá ser de 5%.

OPÇÃO PARA 2009 DEVE SER EXERCIDA ATÉ SEXTA-FEIRA

26/01/2009 – COAD

Vence no último dia útil deste mês, sexta-feira, dia 30/1, o prazo para as pessoas jurídicas, já constituídas em 2008, enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte, optarem pelo Simples Nacional, relativamente ao ano-calendário de 2009.

A microempresa e a empresa de pequeno porte já optantes não têm que renovar a opção para o ano-calendário de 2009.

Fonte: COAD On Line